Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: CONHECIMENTOS DOS PARTICIPANTES DE UMA LIVE SOBRE A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

Relatoria: ANA CLARA RIBEIRO GUIMARÃES
Rafaianne Queiroz de Moraes Souza
Deyse Carolini de Almeida
Autores: Elias Marcelino da Rocha
Maria Aparecida Sousa Oliveira Almeida
Rosa Jacinto Volpato

Modalidade: Comunicação coordenada
Área: Dimensão ético política nas práticas profissionais
Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: Para chegar ao conceito de saúde mental que conhecemos hoje muitas vidas foram perdidas e ameaçadas, a história tem nos lembrado diariamente todos os desafios que pessoas em sofrimento mental tiveram que passar para serem aceitas em uma sociedade de maneira respeitosa e inclusiva. Objetivo: Avaliar o conhecimento sobre a Reforma Psiquiátrica Brasileira entre os participantes de uma Live. Metodologia: Estudo transversal, realizado no primeiro semestre de 2022 com participantes de uma Live ocorrida na I Jornada de Saúde Mental do Araguaia que destacou sobre a Luta Antimanicomial, organizada pelos membros do projeto de extensão “Saúde mental e qualificação do ensino, gestão e assistência” da Universidade Federal de Mato Grosso em Barra do Garças-MT. A coleta de dados foi realizada de forma online, antes da Live, por meio do autopreenchimento de um questionário semiestruturado. Os dados foram analisados de forma descritiva. Resultados: participaram da Live 106 pessoas, sendo a maioria mulheres (70%), com idade entre 19 a 52 anos, com ensino médio completo (36%). A maior parte dos participantes conheciam sobre a Reforma Psiquiátrica (79%) e também sobre a Lei 10216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde (69%). Quanto ao local de atendimento, parte dos entrevistados acreditam que os problemas de ordem mental devam ser tratados em qualquer serviço de saúde (50%) e outra parte apenas nos Centro de Atenção Psicossocial (50%). Foi unânime entre os participantes que a sociedade ainda tem preconceito em relação à pessoa que apresenta doença mental ou com problemas decorrentes do uso de drogas. Conclusão: Apesar de muitos afirmarem conhecer a RPB ainda hoje faz-se necessário que ocorram discussões que retratam o contexto histórico e vislumbram uma assistência de saúde mental adequada e principalmente que minimize o preconceito.